UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS E ECONOMIA

OTAVIO LUIS BARROS

**ARGENTINA, BRASIL E VENEZUELA: UMA ANÁLISE DATRAJETÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA (2000 – 2018)**

VARGINHA

2019

**AGRADECIMENTOS**

Eu agradeço a minha professora orientadora e todos os professores que já cruzaram o meu caminho e contribuíram de alguma maneira para a minha formação pessoal, agradeço a Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha, por toda estrutura proporcionada e finalmente agradeço a minha família e amigos, que sempre me deram apoio e condições para chegar até aqui.

**RESUMO**

Neste artigo foi feita uma análise sobre os principais fatos econômicos e políticos que ocorreram a partir de 2000 na Argentina, no Brasil e na Venezuela. Nesse período, podemos notar que as políticas econômicas adotadas nos três países, assim como o comportamento da economia mundial, contribuíram, em grande medida, para momentos de crescimento e de crises (econômicas e políticas). Através da análise dos indicadores econômicos de Argentina, Brasil e Venezuela, pode-se dizer esse período é marcado pela instabilidade política e econômica. Destaca-se que, dentre os três países, a Venezuela possui a menor concentração de renda no início dos anos 2000 (medida pelo Índice de Gini). Além disso, a crise recente tomou proporções grandes ao se tornar, além de política e econômica, humanitária. A Argentina passou uma grave crise econômica em 2001 que afetou negativamente vários indicadores, tais como o PIB (Produto Interno Bruto) e a inflação. No Brasil, pode-se destacar o crescimento econômico a partir de 2004, assim como a redução do desemprego. No entanto, a partir de 2015 esse comportamento se reverte.

Palavras Chave: Argentina, Brasil, Venezuela, política, econômica, crise

**ABSTRACT**

This article will analyse some economics and politicas events that occured in Argentina, Brasil and Venezuela since 2000. During this period, it´s possible to notice that the economic policies adopted in both three countries, as weel as the behavior of the world economy, contributed to large extend to moments of growth and crises (economic and political). Through the analysis of the economic indicators os Argentina, Brasil and Venezuela, it can be said that this period is marked by political and economic instability. Among the three countries, Venezuela has the lowest income concentration in the early 2000s (masured by the Gini Index). In addition, the recente crisis has taken on major proportions as it becomes both political, economic and humanitarian. Argentina experienced a severe economic crises in 2001 tha negatively affect various indicators, such as GDP (Gross Domestic Products) and inflation. In Brasil, economic growth can be highlighted from 2004, as well as the reduction of unemployment. However, from 2015 this behavior is reversed.

Keywords: Argentina; Brasil; Venezuela; Plotical; Economics; Crises.

**Resumen**

Este artículo analiza los principales eventos económicos y políticos que ocurrirán desde 2000 em Argentina, em Brasil y em Venezuela. Durante este período, podemos ver que las políticas económicas adoptadas em los tres países, así como el comportamiento de la economia mundial, contribuyeron, em gran medida, a los momentos de crecimiento y crisis (económica y política). De los tres países, Venezuela tiene la concentración de ingresos más baja a princípios de la década de 2000 (medida por el Índice de Gini). Además la reciente crisis há adquirido grandes proporciones a medida que se vuelve tanto humanitária como política y económica. Argentina experimentó uma grave crisis económica em 2001 que afectó negativamente a vários indicadores, como el PIB (Producto Interno Bruto) y la inflación. Em Brasil, podemos destacar el crecimiento económico a partir de 2004, así como la reducción del desempleo. Sin embargo, a partir de 2015 este comportamiento se invierte.

Palabras clave: Argentina, Brasil, Venezuela, política, económica y crisis

**SUMÁRIO**

**1. INTRODUÇÃO..................................................................................................................... 07**

**2. CONJUNTURA POLÍTICA E ECONOMICA DE 2000 ATÉ 2018................................ 08**

**2.1 ARGENTINA............................................................................................................... 08**

**2.1.2 PRECEDENTES....................................................................................................... 08**

**2.1.3 ERA KIRCHNER......................................................................................................10**

**2.1.4 PERÍODO MACRI ...................................................................................................14**

**2.2 BRASIL..........................................................................................................................15**

* + 1. **PRECEDENTES....................................................................................................15**
		2. **ERA LULA/DILMA..............................................................................................15**
		3. **PERÍODO TEMER...............................................................................................19**
	1. **VENEZUELA...............................................................................................................21**
		1. **PRECEDENTES....................................................................................................21**
		2. **ERA CHÁVEZ.......................................................................................................22**
		3. **PERÍODO MADURO...........................................................................................24**

**3. COMPARAÇÕES ENTRE OS PAÍSES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DAS POLÍTICAS ECONOMICAS ADOTADAS EM CADA PERÍODO ...................................29**

**4. CONCLUSÕES FINAIS........................................................................................................39**

**5. REFERÊNCIAS.....................................................................................................................40**

1. **INTRODUÇÃO**

Brasil, Argentina e Venezuela são países importantes (em termos de população e PIB) para a América do Sul. Além disso, esses países passaram por momentos de instabilidade econômica e política. A Argentina em 2001, Brasil em 2015 e Venezuela em 2013, esses momentos de instabilidade culminaram para a alternância de governos e para a perda de dinamismo dos principais indicadores econômicos.

A Argentina é um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Na década de 1990 havia perspectivas de crescimento econômico para esse país, no entanto, passou por uma crise em 2001 que culminou na queda do PIB e no aumento do desemprego. Esse episódio de crise seria vivido também por Brasil e Venezuela no decorrer do séc XXI. Porém, a crise da Argentina atingiu um grau muito elevado e chegou a suspender o pagamento da dívida externa em 2001.

O Brasil passou por um período de crescimento do produto e de redução das taxas de desemprego a partir de 2004. No entanto, a partir de 2015 pode-se observar o aumento do desemprego e uma crise política que culminou para um processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff.

Na Venezuela, o desenvolvimento social era uma das prioridades do governo de Hugo Chavéz a partir de 1999. Durante esse governo, a Venezuela conseguiu atingir um dos níveis de desigualdade mais baixos da América Latina. Porém, assim como os vizinhos, esse país também foi atingido pela crise. A situação política e econômica foi a mais crítica dentre os três países, pois atingiu a população de maneira muito intensa, com perda de muitos dos avanços obtidos nos anos anteriores, o que agravou a desigualdade social e a pobreza.

O objetivo deste trabalho é apresentar a história econômica e política recente (2000 – 2018) de três países da América Latina: Brasil, Argentina e Venezuela. Para isso, foi apresentada a trajetória de alguns indicadores sócio - econômicos como: desemprego, inflação acumulada, Índice de Gini, produto interno bruto a preços atuais e população para tentar entender a situação em que se encontra cada país

Neste trabalho será realizada uma recapitulação da trajetória política e econômica de Argentina, Brasil e Venezuela a partir de 2000. Este período foi escolhido por se tratar de um momento caracterizado por instabilidade e no qual ocorreram grave crises econômicas nos três países. Para explicar esse período, este trabalho está estruturado em três seção, além desta introdução. Na segunda seção faremos uma retomada de conjuntura política e econômica desses países. Na terceira seção serão apresentados os indicadores econômicos durante o período. Por fim, temos as considerações finais.

1. **CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA (2000 – 2018)**

**2.1 ARGENTINA**

**2.1.1 Precedentes**

Carlos Menem foi o presidente da argentina durante os anos 1990 e representava o partido peronista, sucessor de Raúl Alfonsín, que foi responsável pela transição democrática, mas que teve seu governo marcado pelos altíssimos índices de inflação. De acordo com Ferrari e Cunha (2008), Menem então se tornou aquele que deveria reverter a situação da inflação e para isto se alinhou com o Consenso de Washington[[1]](#footnote-1), com políticas econômicas mais liberais, trouxe a estabilidade através do Plano de Conversibilidade em 1991, que equiparava 1 dólar americano a 1 peso argentino.

Ainda de acordo com os autores, além de adotar o conceito liberal de moeda forte, ou seja, valorizada, outras políticas seguindo o mesmo consenso foram adotadas, tais como: a privatização de empresas públicas, abertura comercial e financeira e a flexibilização das leis trabalhistas.

Segundo Ferrari e Cunha (2008), a princípio, as medidas liberalizantes trouxeram dinamismo em relação ao crescimento econômico da Argentina, baseado na expansão do consumo privado e conseguiu combater a hiperinflação que assolava o país e reestabeleceu a credibilidade das autoridades monetárias da Argentina, que já havia enfrentado problemas com inflação.

Contudo, o regime de câmbio valorizado mostrou baixa capacidade de absorver choques externos à medida que o crescimento era derivado do consumo privado em uma taxa de juros muito alta, que com o tempo levou a um aumento da dívida externa. A variação da renda e dos investimentos não acompanhou a entrada do capital externo, as exportações já não eram suficientes para adquirir divisas:

As recorrentes crises econômicas domésticas foram afastando os agentes privados da moeda nacional, que cada vez mais era somente um véu que facilitava as trocas e encobria a verdadeira vocação da riqueza privada em se dolarizar. Por esse ponto de vista, o atrelamento do peso ao dólar foi como um desaguadouro natural de um processo mais amplo de perda de confiança na moeda nacional enquanto instituição ordenadora do processo de reprodução da riqueza. (CUNHA, André; FERRARI, Andrés, p.49, 2008)

A grave crise que impactou a Argentina em 2001 eliminou os ganhos do início dos anos 1990, período de euforia e crescimento econômico devido ao plano de conversibilidade. Além disso, aumentou o endividamento interno e externo. Tornando assim, os fundamentos do plano de conversibilidade insustentáveis. (FERRARI; CUNHA, 2008)

Em meio a este cenário, a Argentina se via em uma grande crise econômica entre os anos de 1999 e 2003, enfrentando também grande instabilidade política desde o Fim do segundo mandato de Menem em 1999 que foi sucedido por De la Rua que ficou até 2001, onde a economia argentina perdeu a confiança no setor financeiro, com grande queda das reservas internacionais destinadas a pagar o endividamento. Isto provocou uma drástica queda na renda dos argentinos e por sua vez, revolta da população argentina em geral, uma vez que o *peso* sofreu uma grande perda de valor. Muitas manifestações populares foram realizadas e o governo De La Rua respondeu com forte repressão policial. (FERRARI; CUNHA, 2008)

*En diciembre de 2001, el gobierno de Fernando de la Rúa publicó el decreto 1570/2001 que limitaba el retiro de dinero a 250 dólares o pesos a la semana para el público en general y limitaba también las actividades bancarias de las empresas, desatando de esta forma lo que se denominó “corralito”. Con esta política, a decir del Gobierno, se trataba de evitar la fuga de capitales y proteger al peso ante una posible devaluación (WYLDE, Christopher, p.111. 2010)*

Este momento talvez foi o auge da crise financeira, com a fuga de capitais e a queda de De la Rua. Em seguida, quem assume é Rodiguez de Saá (2001 – 2002) que em sua breve passagem decreta suspensão dos pagamentos da dívida externa em 2002. Após um período conturbado, com muitas manifestações sociais Eduardo Duhalde assume a presidência da Argentina. Este foi o responsável por encerrar com a conversibilidade monetária.

Desta forma, enfrentando uma terrível crise, a Argentina, que era um dos países de maior homogeneidade social na América Latina durante os anos 1970 e 1980, passou por um período de ampliação da deterioração social. O desemprego quase triplicou e os salários reais diminuíram muito, ampliando a concentração de renda e elevando os índices de pobreza a um nível alto.

**2.1.2 Era Kirchner**

Néstor Kirchner se tornou o novo presidente em 2003 e tinha a difícil tarefa de reverter a grave situação de crise em que o país está inserido. Há estudos que apontam que a recuperação econômica começou com o fim do *corralito[[2]](#footnote-2)* mostrando aumento da demanda agregada, a taxa de emprego deixou de cair, os salários começaram a aumentar e a liquidez voltou. (SILVA. 2009)

Com este princípio de retomada do crescimento em 2004, o PIB voltou a crescer, a inflação estava relativamente estabilizada e o nível de desemprego passou a diminuir com o tempo. De acordo com Silva (2009), com o cenário pós crise mais estabilizado, a recuperação do crescimento veio através das exportações devido, em grande parte, às medidas tomadas pelo governo Kirchner, como a política de manter o câmbio competitivo. Outros fatores também influenciaram no crescimento, por exemplo a relação da Argentina com outros países da América Latina e o aumento dos preços dos produtos primários que a Argentina exportava.

Além das exportações comandadas maioritariamente pelo setor agrícola, o crescimento econômico pôde contar com o setor de construção e o setor de manufatura industrial para manter a economia do país aquecida durante os anos de 2004 e 2005.

Portanto, pode-se perceber uma mudança ideológica nas políticas econômicas no Governo Kirchner, dando maior importância ao setor produtivo em detrimento do setor financeiro e bancário. A opinião de Néstor Kirchner era de que Menem se concentrava demais no setor financeiro, o que provocou a pobreza e a exclusão social (SILVA. 2009).

Nesta época, houve também uma aproximação da Argentina e do Brasil promovido pelos governos Kirchner e Lula respectivamente. A ideia da aproximação destes países tinha o objetivo de desenvolver o MERCOSUL. Porém haviam alguns desentendimentos entre os países acerca de subsídios agrícolas e as lideranças do MERCOSUL. Apesar disso, os países tinham estreitavam as relações, realizando inclusive, projetos no âmbito social pelo Instituto Social Brasil-Argentina.

O governo Kirchner ainda desenvolveu obras públicas para fomentar a atividade econômica e implementou mecanismos e políticas de subsídios nos transportes, eletricidade, gás e água, assistência técnica, entre outros que foram fundamentais para promover o desenvolvimento industrial e para reduzir as desigualdades.

Um dos pontos mais críticos desta época foi a questão da dívida pública, que estava em moratória desde 2001, e que foi prorrogada por tempo indeterminado. Porém o governo Kirchner propôs um contrato aos credores da dívida, que seguia a linha *take-it-or-live-it* (aceite esta proposta ou não haverá pagamento). Esta política sofreu grandes críticas e pressões exteriores, contudo, a maioria dos credores resolveu aceitar as condições de pagamento da Argentina, cerca de 75%. (VANDELL, 2006)

A Argentina, então, enfim registrou superávits em transações correntes, controlou a inflação e obteve resultados positivos em relação ao crescimento do PIB. Ainda que fosse uma recuperação da crise de 1999-2002, o país deixava para trás o período de recessão econômica com Néstor Kirchner adotando uma política diferente da recomendada pelo FMI. Segundo (BATISTA JR., 2005):

O FMI recomendou insistentemente que o governo argentino aumentasse as metas de superávit fiscal primário para níveis próximos, em termos de percentagem do PIB, às adotadas pelo Brasil. O ministro da Economia, Roberto Lavagna, não aceitou. A Argentina fixa metas de superávit primário que ela considera compatíveis com o crescimento da economia e outros objetivos do governo. Esse foi um dos princípios que orientaram a bem-sucedida reestruturação da dívida externa pública (BATISTA JR., Paulo, 2005):

A política adotada pelo governo de Néstor conseguiu fortalecer o Estado Nacional com a retomada da produção e do trabalho, da inclusão social e do desenvolvimento do mercado interno. Foi assim que a Argentina passou por um rápido processo de recuperação econômica, com taxas de crescimento do PIB anual entre 8% e 9% deixando para trás os tempos de crise. (HANSEN, 2018)

No ano de 2007 foram realizadas as eleições da Argentina e a vencedora foi Cristina Fernandéz Kirchner (2007 – 2015), esposa de Néstor, se tornando a primeira presidente mulher eleita por voto direto. Ela mostrou ainda em 2007, quando começou seu mandato que manteria a mesma base política que o governo anterior, mantendo assim 12 dos ministros presentes no governo de Néstor Kirchner.

Como a Argentina conseguiu sair da crise de 2001/2002 e retomou o crescimento econômico com Néstor, o governo de Cristina Kirchner chegava com o intuito de dar continuidade às políticas dos anos anteriores de caráter desenvolvimentista, com o aumento de gastos públicos, e a aprovação da população em relação a esta postura era alta. (HANSEN, 2018)

O governo Kirchner foi marcado pela política desenvolvimentista, que buscava o crescimento e estabilidade econômica. Para alcançar essa meta, o governo tinha como objetivo diminuir o déficit fiscal e a dívida pública e promover a competitividade. Junto a isto, esta política visava promover justiça social por intermédio do setor público.

Cristina Kirchner ainda manteve a ideia de industrialização para que a Argentina não tivesse seu crescimento econômico limitado ao modelo agroexportador como nos anos 1990. Dessa maneira, fomentando a exportação de produtos com maior valor agregado.

Devido ao cenário político e econômico favorável, a presidente ficou com o desafio da modernização e do desenvolvimento e do controle da inflação. Uma das políticas para o desenvolvimento e a modernização no governo Kirchner foi voltado a política externa, com a ampliação do MERCOSUL, defendida tanto por Néstor quanto por Cristina. Ela era a favor integração entre alguns países da América Latina. Defendendo inclusive a entrada da Venezuela para o bloco. (CEPIK, SILVA, 2012).

Esta aproximação, que se intensificou após a eleição da presidente foi benéfica para ambos. Desde a integração social entre Brasil e Argentina, até o intercambio político e econômico, comprovando ótimos resultados da política externa dos dois países durante o governo Kirchner e Lula. (CEPIK, SILVA, 2012)

Isso foi fundamental para o crescimento da indústria argentina para além de suas fronteiras, já que o Brasil é um parceiro estratégico, que absorve um grande volume das exportações da Argentina. Assim, a política de relações exteriores passou a ser prioridade durante a presidência de Cristina Kirchner.

No segundo mandato de Cristina Kirchner, o crescimento do PIB passou a ser mais baixo, indicando uma desaceleração econômica, mesmo que o desemprego estivesse baixo e os salários tendo aumento real. Parte desta desaceleração pode ser explicada pela crise internacional de 2008 que trouxe o primeiro resultado negativo no PIB em 2009 e afetou diversos países, por sua vez reduzindo a demanda de exportações da Argentina. (WAINER., 2018)

Além disso, houve uma severa seca na zona rural no ano de 2009, impactando a produção agrícola da Argentina, promovendo uma grande baixa nas exportações, que por sua vez, resultou no declínio do resultado positivo de conta corrente.

*En la medida en que las exportaciones se volvieron insuficientes para financiar la demanda de divisas del conjunto de los actores económicos, la debilidad de la posición externa de la economía argentina se hizo evidente, abriéndose así la posibilidad a un nuevo ciclo de dependencia financiera.* (WAINER, Andrés , p. 335, 2018)

No ano de 2012, foi registrado o primeiro déficit primário desde o começo da era Kirchner. A acumulação de reservas internacionais nos anos anteriores permitiu que o governo continuasse com autonomia, utilizando as reservas para manter o nível de atividade econômica, o que fez o nível de reservas internacionais cair rapidamente. Desta forma, o governo agiu com políticas econômicas de valorização cambial, aumento da taxa de juros e uma menor emissão monetária. Essas medidas foram tomadas para tentar frear os resultados negativos e reestabelecer o crescimento. (BONA, PAEZ E OSLÉ. 2018)

Em contrapartida, para reduzir os impactos dessas medidas sobre as classes menos remuneradas da sociedade, medidas expansionistas como financiamento de compras, aumento do crédito, foram adotadas como tentativa de conter os impactos sobre a sociedade. E assim, o governo de Cristina Kirchner se distanciou dos princípios desenvolvimentistas que buscavam a recuperação e o crescimento econômico e reduziu as desigualdades nos anos anteriores de euforia. (WAINER, 2018)

Então, o governo de Cristina Fernandéz Kirchner terminava com o menor crescimento no ano de 2014 registrando os piores resultados dos últimos 10 anos. A tendência de crescimento econômico e o aumento das importações mais do que as exportações comprometeram a balança comercial, fazendo essa incompatibilidade se financiar por meio de políticas de controle ao acesso de câmbio, receita de financiamento externo ou forte ajuste de desvalorização. (WAINER, 2018)

De acordo com Manzanelli e Gonzállez a situação em que a Argentina pós Kirchnerista se encontrava se deveu a:

“a varios factores: la caída de la demanda mundial, el déficit energético, la necesidad del país de importar productos extranjeros (debido a la débil integración productiva nacional) y la fuga de capitales, estimulada por la creciente internacionalización financiera de los grandes grupos económicos.” (BARRERA, Gonzállez; MANZANELLI, 2016)

**2.1.3 Período Macri (2015 – 2019)**

Em 2015 Maurício Macri, o candidato da oposição, foi eleito presidente da Argentina, com isso, rompeu uma linha ideológica que foi traçada por mais de 10 anos durante a Era Kirchner. Para isso, o governo tomou medidas alinhadas ao pensamento neoliberal, já que atribuiu os desequilíbrios fiscais e cambiário às medidas tomadas no governo anterior. Nesse sentido, os objetivos das novas políticas econômicas eram reduzir a inflação que havia crescido durante o segundo mandato de Cristina Kirchner, os gastos públicos que haviam sido ampliados no período anterior, além redução da emissão monetária para garantir estabilidade econômica a longo prazo. (HANSEN, 2016)

Macri defendia a ideia de livre mercado e queria que a oferta e a demanda o regulassem. Então, implementou políticas de cunho neoliberal rompendo com o que foi estabelecido no governo anterior. Assim, agiu de forma que o Estado tivesse uma menor participação na economia, com a redução de gastos públicos, dando incentivos ao setor agrícola e desvalorização cambial. (HANSEN, 2016)

Ao mesmo tempo Macri buscou crescimento através do aumento da rentabilidade agrícola e agroindustrial por meio de incentivos como: a eliminação, parcial e total, das detenções sobre exportações de produtos agrícolas para tentar impulsionar as exportações, mesmo que o cenário de baixos preços internacionais e desaceleração da economia mundial. (HANSEN, 2016)

Em relação ao câmbio, houve uma liberalização, que encerrou com as restrições ao mercado. Desta forma a taxa de câmbio desvalorizou cerca de 40% em relação ao dólar americano. Isto com a redução dos tributos para exportação fez a inflação crescer a largos passos assim pressionando os para cima os preços internos dos produtos de exportação.

Por sua vez, o processo inflacionário diminuiu o poder aquisitivo dos salários. Isto somado ao aumento do desemprego no setor público, principalmente, provocou uma grande redução no nível de demanda. Ainda é possível citar que a redução de subsídios aumentou de forma relevante os preços dos serviços públicos.

Desta maneira a Argentina sentia mais uma vez os efeitos da perda de divisas, um problema recorrente num país como a Argentina que não possui uma malha produtiva muito diversificada e necessita importar muitos produtos. Além disso, o país depende da exportação maioritariamente de be ns primários para obtenção de divisas. E como a economia mundial não estava muito aquecida, as exportações argentinas não estavam em alta, como no passado kirchnerista. (BONA, PAEZ E OSLÉ. 2018)

Com o fim de 2016, a situação em que era pior de quando o governo havia iniciado, com maiores índices de desemprego, inflação alta e recessão econômica, em parte devido a fuga de divisas. Neste contexto, o governo tomou uma medida para proteção interna, aumentando o salário real e disponibilizando mais recursos para as obras públicas.

Essas medidas resultaram no crescimento do produto para o ano de 2017 indicando uma ligeira recuperação, acompanhada da redução da inflação quase pela metade em relação ao ano anterior.

* 1. **Brasil**

**2.2.1 Precedentes**

 Entre os anos de 1995 e 2002, Fernando Henrique Cardoso foi o presidente do Brasil. Neste período o presidente promoveu uma série de mudanças e reformas, que em linhas gerais, foram baseadas no Consenso de Washington. Entre elas estão abertura comercial e financeira, as privatizações e reformas pró-mercado (reduzindo o Estado), e condução ortodoxa da política econômica, com juros altos e contenção de gastos correntes. (TEIXEIRA E PINTO, 2012)

Essas reformas, ao invés de trazer crescimento econômico, como era desejado, produziram certa instabilidade macroeconômica. E devido aos juros altos e a contenção de gastos e investimentos públicos, elevou-se muito a dívida externa e interna. Estes fatores justificam a retração do PIB entre 2000 e 2002, o elevado desemprego, a baixa taxa de crescimento e a deterioração fiscal.

**2.2.2 Era Lula/Dilma**

Já em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assume o cargo presidencial e da início ao seu primeiro mandato (2003 – 2007) e quebrando as expectativas da oposição, mantém as bases de uma política econômica ortodoxa assim como governo anterior, mantendo o tripé macroeconômico. As primeiras decisões políticas de Lula foram: a escolha de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central; anuncio das metas de inflação; elevação da Selic (taxa básica de juros); definição de um superávit primário maior; ordem para cortar os gastos públicos, entre outros. (SILVA, 2019)

A nomeação de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central foi de extrema importância, pois dessa maneira, ficou claro para o mercado financeiro que as políticas monetárias de FHC seriam mantidas, o que passou confiança para os investidores em seu primeiro mandato.

 Com esse comportamento macroeconômico, a política econômica conseguiu combater a inflação reduzindo de 14,09% em 2003 para 6,43% em 2007, índice mais baixo do governo Lula, além de obter uma estabilidade monetária. Já a política fiscal cumpriu o objetivo de manter a sustentabilidade da dívida pública, passando a buscar superávits primários a fim de reduzir a relação dívida/PIB, em contrapartida, isto engessou o Estado reduzindo os investimentos públicos.

Através da adoção deste caráter desenvolvimentista, o governo conseguiu reduzir um pouco a desigualdade, reduzindo o número de famílias na linha da pobreza, aqueceu o mercado formal com o consumo de massa. Além de conseguir reduzir as taxas de desemprego de quase 10% em 2003 para 7,35% em 2008.

A partir de 2005 e em seguida no segundo mandato (2007 – 2011)do presidente Lula, o governo adota uma postura menos neoliberal, mais voltada para o desenvolvimentismo. Assim mudando o caráter da política macroeconômica em relação à distribuição e a redistribuição de renda, dando maior protagonismo aos brasileiros que fazem parte da das faixas mais baixas de renda com aumento real de seus rendimentos.

Para que essa mudança fosse possível, foram implementadas algumas políticas, dentre as principais estão: o programa de transferência de renda que contava com a valorização do salário mínimo; os programas de ampliação de acesso a bens essenciais como habitação e de eletricidade; aumento de investimento público e recuperação da função do Estado ao longo prazo; fornecimento de incentivos fiscais e de crédito público às empresas nacionais.

Porém ainda havia um viés neoliberal predominante nas políticas macroeconômicas, o apoio econômico no tripé macroeconômico[[3]](#footnote-3) implementado por Fernando Henrique Cardoso.

Neste cenário em que o Brasil obteve grande crescimento econômico no período Lula - segundo (PINTO, Eduardo; TEIXEIRA, Rodrigo, 2012): - “as taxas médias de crescimento do PIB nos dois governos Lula (3,5% entre 2003 e 2006; 4,6% entre 2007 e 2010) foram maiores do que as dos dois governos FHC (2,4% entre 1995 e 1998; 2,1% entre 1999 e 2002).”

Contudo, de acordo Bresser Pereira (2013) esses resultados alcançados pelo ex-presidente Lula não foram resultado da política econômica adotada, mas pelo momento que o país atravessou, reunindo um conjunto de fatores que possibilitou o crescimento. O preço das commodities exportadas pelo Brasil teve um incrível crescimento, junto com o aumento do salário mínimo e de transferência de renda foram fundamentais para o país obter crescimento econômico. O crescimento obtido, portanto, foi devido, em partes, ao aumento do mercado interno em função da elevação dos salários das camadas mais pobres da população.

A política macroeconômica ainda trouxe consequências indesejáveis para o país. O Brasil não conseguiu impedir a tendência de sobrevalorização da taxa de câmbio, também não obteve reduções consideráveis das taxas de juros. (PEREIRA, 2013)

O grande objetivo da política macroeconômica deste governo era manter a inflação controlada e conseguiu. Porém, para lograr isso adotou um mecanismo clássico de apreciação da taxa cambial. (SILVA Leonardo).

Dilma Rousseff assumiu o cargo de presidente da república em 2011 dando continuidade, assim como ampliando, o lado desenvolvimentista. Porém, trouxe em seu governo a herança do tripé macroeconômico ortodoxo dos governos anteriores.

Este governo promoveu uma grande intervenção estatal, efetuando uma série de mudanças, entre elas estão a política monetária com a redução da taxa de juros, concessão de subsídios, elevação dos gastos, intervenção em preços, entre outras. (SILVA. 2018)

O crescimento que era grande na época de Lula, sofreu impacto da crise de 2008. Durante o primeiro mandato de Dilma, essas políticas refletiram em alguns bons resultados, como a redução do desemprego, alcançando nível próximo ao pleno emprego, manteve a inflação controlada na casa dos 7%, além da redução da taxa de juros e baixos índices de desemprego. Porém, em 2011, economia brasileira foi começando a dar sinais de desaceleração.

Segundo Contri (2014), as críticas ao governo Dilma se intensificaram no fim do primeiro mandato devido ao desempenho econômico brasileiro que não conseguia repetir os bons resultados dos anos anteriores, visto que não contava com o elevado preços das commodities (resultante da redução das exportações). Além disso, havia redução do consumo das famílias, restrição de crédito, políticas fiscais contracionistas, além da desaceleração do crescimento econômico dos países em desenvolvimento, como a China. Era o início da crise política.

O seu governo adotou uma política fiscal expansionista devido às políticas anticíclicas (redução de impostos, o crédito subsidiado, no endividamento do setor público, no estímulo à demanda interna) tomadas no seu primeiro mandato.

Assim, no início de 2015 alguns setores da sociedade já sentiam os impactos do ajuste fiscal, já que o ajuste pretendia aumentar a arrecadação com impostos e o corte em algumas pastas do governo como educação e saúde.

Com os juros elevados, decorrentes da política fiscal contracionista, existe um comprometimento do nível de atividade, o que reduz a arrecadação e por sua vez gerando recessão econômica, simultaneamente promove um aumento nas despesas sobre os encargos da dívida pública. (CONTRI, 2014)

O que agravou mais ainda a situação de desaceleração econômica ao longo do segundo mandato culminando em retração em 2015 e 2016, a maior da história no acumulado, consolidando a crise econômica.

Aproveitando-se deste cenário de crise econômica, a crise política foi tomando grandes proporções. Por um lado, os movimentos da oposição estavam insatisfeitos e contavam com apoio das mídias e da disseminação pela internet. Em meio a essa agitação pública, a popularidade do governo Dilma só decaía. Por outro lado, a base governamental estava abalada. Os ministros Antônio Palocci da Casa Civil e Wagner Rossi da Agricultura foram denunciados por corrupção, assim a crise política estava instaurada (CARDOSO, PENA E NETO, 2019).

O clima era de descontrole no governo e parte da população insatisfeita com as consequências da crise econômica e indignada com o cenário de corrupção e descontrole político proporcionavam manifestações pelo país e, assim, foi sendo divulgada a ideia do *impeachment*.

Em maio de 2016 foi autorizado pelo senado a abertura do processo de afastamento da presidente do cargo por até 180 dias. Com um discurso ideológico raso e um processo judicial controverso e mal visto por diversos setores da sociedade brasileira e internacional Dilma Rousseff sofreu o afastamento e o cargo foi assumido pelo vice, Michel Temer. (NETO; CARDOSO; PENA , 2019)

Sinteticamente, esse era o tenso quadro interno que o país vivia e, a partir da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em finais de 2014, um golpe parlamentar-judicial-midiático começou a ser urdido: o impeachment da presidenta, ocorrido em 31 de agosto de 2016. O impeachment, por certo, é uma instituição presente na Constituição Brasileira de 1988. Todavia, no caso em questão, ele deve ser considerado um golpe, pois causas que poderiam levar a ele foram forjadas sem prova material e cabal, pelo menos, até o presente momento. (MANCEBO, 2017)

**2.2.3 Período Michel Temer**

Michel Temer assumiu a presidência (2016 – 2018) do Brasil em 2016. Segundo (NETO, CARDOSO e PENA, 2019) o Itamaraty recomendou que os embaixadores brasileiros ao redor do mundo apoiassem o impeachment de Rousseff, além de não questionar a maneira que o mesmo aconteceu. Isto reforça a ideia de que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi um golpe jurídico-parlamentar.

Contudo, em 2016 o país estava mergulhado na crise econômica e o encarregado a mudar esta situação era Michel Temer. E para alcançar essa difícil missão ele adota políticas de retenção de gastos públicos, com uma retomada de uma postura mais voltada ao neoliberalismo, bem diferente dos governos anteriores de Lula e Dilma Rousseff.

As principais medidas para reduzir os gastos públicos no governo Michel Temer foram a aprovação da Reforma Trabalhista junto com a lei da terceirização (que é benéfica aos empregadores e reduz muitos dos direitos dos empregados). A PEC 55 (que é ementa constitucional que congela os gastos públicos em setores estratégicos como saúde e educação por 20 anos. Uma das maiores mudanças fiscais feita no país em décadas.). O projeto de privatizações (que constitui na venda de empresas estatais para capital privado e estrangeiro) e a tentativa de aprovar a reforma da previdência. (NETO, CARDOSO e PENA, 2019)

Um de seus principais objetivos era atingir a meta fiscal e para alcançar isto, durante seu governo foram realizados uma série de cortes orçamentários significativos. De acordo com Elias Neto, Hévila Cardoso e Heriberto Pena:

Em junho de 2016, anunciou que cortaria mais de 4 mil cargos e funções comissionadas a fim de economizar R$ 230 milhões por ano. Em 28 julho de 2017, Temer publicou o decreto nº 9.113 referente ao contingenciamento orçamentário, de R$ 5,87 bilhões, ao final do ano, esse valor chegou a R$ 42,1 bilhões. Em 2 de fevereiro 2018, foi anunciado pelo Ministério do Planejamento o bloqueio foi de R$ 16,2 bilhões do orçamento nacional. Em novembro de 2018, foi anunciado o corte de R$ 2,3 bilhões. (NETO, Elias; CARDOSO, Hévila; PENA, Heriberto, 2019)

Por outro lado, outros setores, como o do Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento foram beneficiados durante o governo de Michel Temer. Os cortes realizados nesta pasta foram principalmente no orçamento da reforma agrária, além disso o ministro foi um dos únicos mantidos durante todo o governo.

Em relação à política externa o governo Temer se alinhou com interesses dos Estados Unidos, se mostrando submisso a este. Um dos principais movimentos em relação a política externa foi o isolamento da Venezuela.

De maneira geral, o governo de Temer fica marcado pela retomada da influência neoliberal com a forte austeridade fiscal. Os principais afetados com a implementação dessa política foi a sociedade de maneira geral, mas principalmente os de baixa renda, pois a redução dos custos impactou diretamente os investimentos em políticas sociais, como os cortes realizados no orçamento de saúde e educação.

**2.3 Venezuela**

**2.3.1 Precedentes**

A Venezuela possui as maiores reservas de petróleo comprovada. Além disso, está localizada muito próxima aos EUA, que é o maior consumidor mundial. O petróleo venezuelano começou as ser explorado no governo Juan Vicente Gómez (1913 – 1914). A renda gerada pela venda dos barris gerou crescimento econômico e possibilitou a construção de infraestrutura necessária para exportar em grande escala, neste período, uma administração fragmentada foi substituída por um Estado mais centralizado. (ZERO, 2017)

Segundo Zero (2017), esses fatores levaram as relações entre os EUA e a Venezuela se estreitarem muito e a principal atividade do Estado Nacional era exportação de petróleo para o mercado norte-americano. Decorrente desta parceria com a maior economia do mundo, logo a Venezuela assumiu o posto de um dos maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo, contudo a economia venezuelana se tornou dependente das exportações.

Ao passar do tempo, o Estado americano passou a ter mais influência sobre o pais que estava ao sul, influência tanto econômica quanto política. Por conta disso, a Venezuela não desenvolveu a indústria produtiva, não estruturou um Estado democrático sólido e viu as desigualdades sócias aumentarem.

Devido a essa proximidade entre os países e a dependência econômica da Venezuela por conta das exportações de petróleo, o país se isolou em relação aos outros países da América Latina e dos outros também. Meio a esta situação os EUA tiraram proveito ao estabelecer acordos unilaterais apenas em benefício próprio.

Esse período foi de extrema desigualdade social. Antes da revolução bolivariana[[4]](#footnote-4), o país que concentrava a maior reserva de petróleo do mundo tinha 70% de sua população abaixo da linha de pobreza e 21% da população estava subnutrida (ZERO, 2017).

**2.3.2 Era Chávez**

Em 1999 a Venezuela acabará de começar a era Chávez, após a eleição de 1998 ser vencida por Hugo Chávez com 56,2% dos votos. Chávez assumiu em fevereiro de 1999 e em julho convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) o que iria gerar uma nova constituição que veio a ser aprovada no fim deste mesmo ano, já que na ANC o partido chavista elegeu 125 deputados, enquanto a oposição 6. (VILLA, 2005)

Esta nova constituição entre outras coisas, estabeleceu novas pautas para o judiciário e elevou o poder público. Desta forma, Hugo Chávez conseguiu desenvolver a política da Venezuela do modo como planejou. O pais começava o milênio.

Neste governo, Chávez trazia uma proposta política nunca vista antes no país, com sistemas públicos inclusivos como saúde, educação, moradia, segurança. Este comportamento foi o que atraiu a popularidade das camadas mais periféricas. (VILLA, 2005)

Além disso, o chavismo implementou as chamadas *misiones*, consistiam em projetos sócias amplos e bem diversificados, que beneficiaram cerca de 20 milhões de pessoas que estavam em situação precária. Dessa forma, o pais começou a criar o Estado de Bem-Estar Social da Venezuela. O programa governamental conseguiu melhorar indicadores de subnutrição, educação, mortalidade, saneamento básico, moradia, entre outros. (ZERO, 2017)

Já na área da política externa, Chávez quebrou a ideia de país extremamente dependente das exportações de petróleo e passou a investir no eixo regional e na integração com os países da América do Sul, tanto na área política quanto na econômica. Com boa participação do Brasil que acabou direcionando a adesão da Venezuela como membro permanente do Mercosul. Mas ainda assim a Venezuela continuava a obter grande parte de suas receitas com a exportação dos barris de petróleo. (VILLA, 2005)

Por outro lado, não era o país todo que apoiava as políticas bolivarianas, a oposição, que era contra a excessiva concentração de poder na mão do Estado, promoveu uma tentativa de golpe de Estado contra Hugo Chávez em abril de 2002, com o fracasso do golpe, a oposição continuou lutando e por meio de sabotagem econômica, com a ação de maior expressão a paralização da Petróleos de Venezuela (PDVSA), impedindo a produção em grande escala de petróleo (Petróleos de Venezuela). Além destas tentativas, houve mais uma, para tentar aprovar um referendo em 2001, porém Chávez obteve uma vitória expressiva sobre a oposição, encerrando assim um período de grande instabilidade política. (VILLA, 2005)

Ainda de acordo com Villa a vitória chavista mediante ao referendo (2004) aconteceu devido ao apoio obtido por Chávez das camadas mais marginalizadas da sociedade. Esta camada da sociedade estava ao seu lado por conta da postura adotada pelo seu governo através dos planos sociais, conhecidos como *missiones.* Dentre esses planos, existiam três frentes. Os planos de curto prazo, que incluíam o de saúde, o de subsídio à alimentação e o de distribuição de refeições.

Já as missões de longo prazo são focadas na educação e segundo Rafael Duarte Villa:

Abrange três frentes: a Missão Robinson, que pretendia alfabetizar mais de 1,5 milhões de pessoas entre os anos de 2003 e 2004; a Missão Ribas, que objetiva o estímulo ao reingresso no subsistema de segundo grau de pessoas que ainda não concluíram seus estudos; e, por fim, a Missão Sucre, dirigida à educação superior, cuja realização mais concreta foi a Universidade Bolivariana, que se propõe incorporar quinhentos mil estudantes sem vaga no subsistema de educação superior público e privado (VILLA, 2005, p. 166)

A economia venezuelana e os indicadores macroeconômicos apontam a saída da crise política e econômica vividas nos anos de 2002 e 2003. Este comportamento econômico se refletia na melhora de indicadores como o desemprego que foi de 16,78% em 2003 para 10,66 % em 2005. Além disto, o preço dos barris de petróleo teve grandes elevações, que caminha lado a lado com o crescimento da Venezuela, já que o financiamento das *misiones* deriva da fortuna do petróleo e é feito pelo *Fundo de Desarrollo Econômico* criado pela Petróleos de Venezuela (PDVSA).

O impacto e popularidade destes projetos somados a recuperação da economia em termos de PIB, investimentos e salários garantiu não apenas a reeleição de Chávez em 2006 como também sua vitória em um referendo revogatório mobilizado pela oposição em 2004 (SILVA, 2009).

Em seu segundo mandato Chávez adotou uma postura mais voltada para o socialismo, seguindo os ideais de Simon Bolívar, baseado na moralização a vida, ou seja, enfrentando o egoísmo, combatendo os privilégios derivados do sistema capitalista buscando o cooperativismo, apoiando a propriedade coletiva, passando o poder de decisão para a população. (CATHCART, 2018)

Para honrar esses compromissos, foi criado o *Partido Socialista Unificado de Venezuela* (PSUV), que não teve uma boa aceitação perante as propostas de modificação de prerrogativas na carta constitucional de 1999. (CATHCART, 2018)

Contudo, em 2007 Chávez perdeu um referendo que tinha a ambição de alterar 69 artigos da constituição de 1999, pretendendo tornar a Venezuela um país mais socialista.

Para tentar controlar a inflação, que oscilava, mas entre alt

os percentuais, em março de 2007 o governo anunciou que o *Bolívar*[[5]](#footnote-5) (VEB) seria substituído pelo *Bolívar Fuerte* (VEF), numa proporção de 1000 VEB para um VEF em 1 de janeiro de 2008. (CARVALHO, 2017)

Em 2008 houve uma brusca queda no preço no petróleo, decorrente da crise mundial. Mas em 2009 ocorreu um boom nos preços dos barris de petróleo, o que possibilitou altas receitas governamentais entre 2008 e 2012. Contudo, entre 2005 e 2013, os recursos orçamentários destinados aos programas sociais superaram todas as receitas do imposto de renda. (CATHCART, 2018)

Assim a política de Chávez de investir a receita derivada da venda do petróleo massivamente nos programas sociais se mostrou bem arriscada.

**2.3.3 Período Maduro**

Em 2012 novas eleições presidenciais foram feitas. Porém, carregadas de incertezas, pois os últimos anos não haviam sido tão produtivos, além disso, o então presidente e principal candidato fazia tratamento de um câncer. Eleito com 55%, Chavéz não pode assumir em 2013, pois estava em tratamento. Quem assumiu foi Nicholás Maduro (o vice-presidente). Alguns meses depois foi anunciada a morte de Hugo Chavéz. Era o fim de uma era. (CATHCART, 2018)

Novas eleições então foram convocadas. Com uma pequena diferença de menos de 2% dos votos Maduro foi eleito. Isso causou grande indignação dos opositores que não aceitaram a derrota e não reconhecem o governo como legítimo. A falta de um consenso foi o que intensificou as divergências e a polarização política. Desta forma, a pressão sobre Nicolás Maduro cresceu e a oposição articulou os primeiros movimentos para convocação de novas eleições.

Ao mesmo tempo, a retração econômica decorrente queda brusca do preço do barril de petróleo em 2015, ocorreu principalmente por conta da diversificação da malha energética e da aplicação de novos métodos menos custosos de extração de petróleo nos Estados Unidos e no Canadá, junto com a desaceleração desenvolvimentista da China refletiam no esgotamento do regime bolivariano (CATHCART, 2018).

Entre 2013 e 2016 os preços despencaram de 114,33 US$ para 44,67 US$, dessa forma perdendo 60,92% de seu valor de mercado, alcançando a maior desvalorização desde a crise mundial de 2008. Esta desvalorização dos preços veio a impactar no nível de produção de petróleo, que passou de 2,5 milhões de barris por dia no final de 2015 para apenas 1,35 milhões de barris em julho de 2018. O gráfico 1 a seguir apresenta a trajetória do preço do barril de petróleo de 2013 a 2017 (CATHCART, 2018).

 **Gráfico 1**. Preço do barril de petróleo em doláres e variação percentual. 2013 a 2017.



O gráfico 2 apresenta a produção de petróleo em milhares de barris por dia da Venezuela dos anos de 2008 a 2018.

Gráfico 2. Produção de petróleo (em milhares de barris por dia) da Venezuela - 2008 a 2018.



Pelo gráfico 2, pode-se observar que a produção da Venezuela se reduziu consideravelmente a partir de 2016. Essa queda na produção pode ter ocorrido em função da queda dos preços.

Além da queda da produtividade, a desaceleração econômica contava com um outro componente, segundo CATHCART, (2018) “Há também as sanções adotadas pelos Estados Unidos no final de 2017 como resposta a inadimplência parcial de pagamentos de títulos da dívida, que impedem a empresa a negociar novas dívidas no país. ”

A queda dos preços dos barris aliada com a redução da produção de petróleo foi a combinação que trouxe o enorme impacto econômico para a Venezuela, uma vez que o Estado venezuelano tem a maior parte de suas receitas atrelada a venda e exportação de petróleo. Assim, junto com o bloqueio comercial imposto pelos EUA, tornando-se os maiores responsáveis pela terrível situação econômica da Venezuela. (CATHCART, 2018)

Nesse contexto, a ausência de receita do Estado, derivada de uma combinação fatal da queda de preço com a queda de produção dos barris de petróleo, impossibilitou a realização das importações de bens básicos e insumos que o país tanto dependente. Isso gerou uma crise de abastecimento gravíssima.

O que possibilitou a escassez de produtos básicos de subsistência e de alimentos, itens de higiene básica, medicamentos e equipamentos hospitalares. Além disso, devido a inflação, os salários dos venezuelanos perderam muito o valor, aumentando a camada da população em situação de pobreza. A resposta de Nicholas Maduro veio priorizando as *misiones* que distribuíam alimentos para a população mais pobre, mas mesmo assim muitos não tinham acesso.

As manifestações populares atingiram números recordes, com 5315 protestos em 6 meses no ano de 2017. A resposta do governo Maduro para conter as manifestações não contava com meios pacíficos ou democráticos, os protestos têm sido enfrentados com muita violência pelas forças armadas e com forte repressão aos movimentos populares e ausência de liberdades políticas. De acordo com a ONG *Foro Penal*, no período de abri de 2017 até agosto deste ano 102 pessoas foram assassinadas e 314 sofreram maus tratos e tortura em decorrência das manifestações. (CATHCART, 2018)

Toda essa situação evidentemente se refletiu nas relações exteriores da Venezuela. O progresso construído na Era Chávez, a imagem de força e liderança se transforma em isolamento político. Países como Brasil, Argentina, Canadá, Chile, Guatemala, México, Panamá, Peru, Paraguai, Honduras e Costa Rica assinaram uma declaração que condena o regime venezuelano com transgressor de direitos humanos e das liberdades fundamentais de seus cidadãos, além disso foi considerado como regime ditatorial.

Assim, com o país em meio a crise já de grandes proporções em âmbito político, social e humanitário houve eleições no ano de 2018. Essas eleições foram marcadas por muitas manifestações intensas, com muita violência, tanto por parte da oposição, quanto por parte dos chavistas e foi com esse clima que as eleições são vencidas por Nicolás Maduro mais uma vez uma oposição.

Em resposta a isto, a oposição liderada por Juan Guaidó deputado desde 2011, não enxerga como legitima a eleição de Maduro nas urnas. Em 2017 assumiu a presidência da comissão de Controladoria. O líder da oposição veio a público em 23 de janeiro de 2019 e se auto proclamou presidente interino da Venezuela, ele ainda conta com o reconhecimento de lideranças mundiais como a do presidente do Brasil e do presidente dos EUA.

1. **COMPARAÇÕES ENTRE OS PAÍSES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS ADOTADAS EM CADA PERÍODO.**

Nesta seção serão apresentados os principais indicadores econômicos dos três países: Brasil, Argentina e Venezuela a partir dos anos 2000.

Gráfico 3. Inflação acumulada anual da Argentina, do Brasil e da Venezuela – 2000 a 2018

**Fonte**: Elaboração própria do autor com base nos dados do Banco Mundial.

Apesar de grandes variações, principalmente em 2002/2003 e em 2008/2009 (períodos marcados por crise nacional e internacional) a inflação na Venezuela era controlada. Chegou a atingir 12,5%, nível de inflação mais baixo na época chavista. Porém, em 2013, já no governo Maduro, as coisas saíram de controle. A inflação passou de 21,1% para 57,3% em 2014 nível mais alto da série. Essa inflação elevada se deve à especulação, já que o país sofreu com bloqueios financeiros, onde o crédito à república e a PDVSA foram dificultados. Além disso, especulações sobre o nível de risco se mostrava elevado. Mediante a este cenário, os venezuelanos viram sua moeda perder muito valor ano após ano, com a inflação do país chegando níveis de hiperinflação.

Em meio a profunda crise econômica que o país estava começando a enfrentar, em 2013, o governo optou por censurar os dados econômicos e sociais, agindo desta maneira para não expor as verdadeiras dimensões do problema. Os valores mais recentes são de 2017, mas não são oficiais. A censura dos dados não impede a compreensão da péssima situação da Venezuela. Há um grande aumento de 2012 para 2013 de 43,5% para 57,3%. A situação foi piorando ano após ano. Assim, a moeda foi perdendo uma de suas principais funções, a reserva de valor. Que é o que garante que a moeda tenha valor com o passar do tempo, dessa forma a população da Venezuela foi vendo o seu poder de compra se tornar cada vez menor, aumentando o cenário de escassez, desnutrição, pobreza e desigualdade.

Contudo, em maio de 2018, o Banco Central da Venezuela emitiu um relatório estipulando uma inflação de 130.000% para o ano de 2018. Assim, os salários passaram por uma super desvalorização, perdendo quase totalmente o seu valor. Atualmente, mais de um terço das transações comerciais feitas na Venezuela são feitas com dólar norte-americano, na prática, uma dolarização.

**Gráfico 4.** Inflação acumulada anual da Venezuela – 2008 a 2018

**Fonte**: Elaboração própria do autor com base nos dados do Banco Mundial.

Com relação à inflação da Argentina, apesar de alta, se manteve controlada enquanto Néstor esteve na presidência e no começo do primeiro mandato de Cristina, oscilando entre 10% e 20%. Porém, no seu segundo mandato da Cristina, a inflação caminhava entre os 20%, com pequenas oscilações. Já no ano de 2014 chegou a atingir 40,28%, quase o dobro em relação ao ano anterior.

Deste ano em diante com Maurício Macri como presidente a inflação passou por grandes oscilações variando entre 20 e 40% de um ano para o outro e seguiu essa dinâmica até 2018.

No qu diz respeito ao Brasil, durante a década de 1990 a inflação foi um dos maiores problemas brasileiros, a moeda perdia o valor da noite para o dia, as pessoas estocavam alimento, pois a variação de preços era tão alta, que a população tinha medo da incerteza do amanhã. Porém, após a implantação do real as coisas mudaram, uma moeda mais forte e estável nascera em 1994. Desta forma, no governo de FHC e de Lula a moeda era o real e estável, porém havia o medo do retorno da hiperinflação.

O governo FHC implementou a política macroeconômica do tripé macroeconômico com as metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário com um dos principais objetivos o controle da inflação. Esta política econômica se manteve no governo Lula e conseguiu reduzir a inflação de 14,09% em 2003 para 6,43 em 2007. Com pequenas oscilações entre os anos. Assim se manteve também do governo Dilma, com algumas variações, mas em geral se manteve controlada, em torno dos 8%.

Contudo, após o impeachment de Dilma, durante o período transitório de Temer houve uma inversão da política inflacionária, mantendo-a em níveis extremamente baixos em 2017 e 2018, com números próximo dos 3%. Claramente uma medida mais neoliberal, assim como a taxa de juros mais baixas, para atrair investidores. Esses indicadores em baixa, refletem o nível alto do desemprego e uma ampliação da informalidade nos postos de trabalho.

Gráfico 5. PIB da Argentina, Brasil e Venezuela (US$) a preços atuais – 2000 a 2018.

**Fonte**: Elaboração própria do autor com base nos dados do Banco Mundial.

No início do século XXI a Argentina passava por um período difícil, havia cerca de 10 anos que a política da conversibilidade do peso para o dólar americano em 1 para 1 havia sido aplicada no país e suas consequências estavam sendo sentidas, este regime de câmbio valorizado se mostrou sensível a choques externos, tornando a fuga de capitais recorrente em momentos de instabilidade econômica. E foi isto que aconteceu entre 1999 e 2003.

Devido a uma grande instabilidade política, repleta de trocas de governantes, incluindo o episódio da suspensão do pagamento da dívida externa por Rodriguez de Saá e a instabilidade econômica devido a fuga de capitais e do aumento da dívida externa. Isso explica o menor valor do PIB à preços atuais em 2002, representando o auge da crise da Argentina. Após esse período já em 2003 Néstor Kirchner assume a presidência e consegue retomar o crescimento. Medidas como o fim do *corralito* foram fundamentais para a melhora da situação da Argentina, uma vez que permitiram o aumento da demanda agregada, aumento dos salários, da taxa de emprego e por fim a liquidez.

E permaneceu desta maneira durante o governo Kirchner, um fator que favoreceu os bons resultados econômicos da Argentina foi o aumento das exportações e a aproximação de países parceiros, por meio de políticas externas. Houveram resultados positivos ano após ano, com exceção do ano de 2009, quando a crise internacional fez efeito. Porém nos últimos anos de Cristina como presidente 2014 e 2015 corresponderam aos anos de desaceleração e recessão respectivamente.

Estes resultados econômicos ocorreram por uma série de fatores, alguns deles são a queda da demanda mundial, o déficit de energia, a alta necessidade da Argentina de importar produtos estrangeiros, por conta da fraca integração da malha produtiva do país, a fuga de capitais, pelo elevado grau de internacionalização financeira, com grandes grupos econômicos responsáveis por isto.

Maurício Macri é eleito com a missão de reverter a instabilidade econômica dos últimos anos, que em grande parte pode-se atribuir a alguns fatores externos, como a desaceleração da economia mundial. Para isto, o então presidente decidiu por uma mudança na ideologia por trás das políticas adotadas pelo governo. Deixando para trás o caráter desenvolvimentista da Era Kirchner.

Assim o presidente Maurício Macri passou a tomar medidas mais alinhadas com o neoliberalismo, como a redução de gastos públicos, desvalorização da taxa de câmbio. Porém as medidas de caráter ortodoxo que foram adotadas trouxeram contração do consumo, do emprego e dos salários, áreas que o governo desenvolvimentista estimulou.

Ao mesmo tempo, as áreas de maior concentração do capital foram fortalecidas, como o setor financeiro e o setor agroexportador. O que fomentou o crescimento do perfil agroexportador da Argentina. Contudo o caráter exportador não foi o suficiente para elevar efetivamente o crescimento da Argentina, já que os preços internacionais e a economia mundial não favoreceram de maneira suficiente o setor.

Já no que se refere à Venezuela, quando Hugo Chávez assumiu a presidência da Venezuela em 1999 e conseguiu resultados positivos, de acordo com o gráfico 5, em relação ao produto interno bruto através da concentração do poder na mão do Estado que veio pela constituição que foi aprovada pelo parlamento maioritariamente chavista. Nos primeiros anos, até 2001. Em 2002 e 2003 o produto passou por um período de recessão. Esse fato ocorreu por conta de uma tentativa da realização e um golpe para retirada de Chávez, por parte da oposição que era contra a concentração excessiva de poder na mão do Estado tentou realizar, contudo fracassaram.

Além disso, foi feita sabotagem econômica por parte da oposição com a paralisação das atividades do setor público com ênfase para a paralisação de produção da PDVSA, limitando a produção de petróleo.

Esse período conturbado política e economicamente resultou em retração do Produto durante os anos de 2002 e 2003. Contudo com a ajuda das *missiones* a saúde, a educação e a alimentação foram de maior acesso a população mais carente. Isso possibilitou uma retomada da produção, aumento no nível de emprego. Aliado a esses fatores a exportação de petróleo foi fundamental para o crescimento no ano de 2004 e nos seguintes também. Nesse período houve o aumento das exportações e aumento dos preços dos barris de petróleo, tornando o cenário extremamente favorável à Venezuela.

E o país se beneficiou com esses fatores durante anos, obtendo crescimento considerável do produto ano após ano, até 2010, contudo, a crise econômica mundial de 2008 teve impacto direto sobre a Venezuela, uma vez que o país é extremamente dependente das exportações de petróleo e a demanda sobre a venda diminui, impactando o produto do país que passou a crescer em níveis menores até atingir uma retração no ano de 2011.

Nos anos seguintes a situação fica controlada, com um ano com um resultado bem positivo, 2012 seguindo de outro já nem tanto. Os últimos dados divulgados sobre o Produto Interno Bruto da Venezuela foram no ano de 2014, após este ano já com Nicolás Maduro na presidência do país, foi feita grande censura por parte do Estado no sentido que não eram mais divulgadas as informações oficiais sobre a Venezuela.

Com relação ao Brasil, ainda conforme os gráficos entre os anos de 2000 até 2002 o país enfrentou uma retração do Produto Interno Bruto, consequência das medidas liberalizantes, como a privatização de empresas e redução dos gastos públicos, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Já no ano seguinte, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência e mudou as expectativas da oposição, pois, manteve o caráter liberal e as políticas macroeconômicas ortodoxas. Além disso, houve elevação da taxa de juros, ampliação do superávit primário e redução de gastos públicos. E já no primeiro ano, obteve resultados positivos em relação ao produto, revertendo a situação dos anos anteriores.

A partir de 2005 e em seu segundo mandato o governo Lula passou a ter uma postura mais desenvolvimentista ampliando o papel do Estado e dando maior assistência as camadas de menor renda da sociedade. Assim, aplicou uma política de redistribuição de renda, com a valorização do salário mínimo, programas de acesso a bens essenciais como habitação e eletricidade, entre outros. Essas medidas surtem efeito e são claramente vistas nos indicadores, com um alto grande aumento do produto interno bruto de 2005 em diante, com uma exceção no ano de 2009, quando a crise financeira mundial gerou uma fuga de capitais estrangeiros, porém houve uma rápida recuperação no ano seguinte.

Em 2011, já com Dilma como presidente do Brasil, o país atingiu o pico na história recente do PIB em torno de 2,6 bi de dólares, contudo depois disso, ainda em 2011 sinais de desaceleração da economia foram aparecendo, com uma retração do produto em 2012 e estagnação durante os anos seguinte.

Esse período de estagnação se tornou pior ainda, quando no ano de 2015 a partir de algumas medidas anticíclicas tomadas pelo governo o Brasil passou pela maior retração econômica dos vinte anos analisados e o no ano de 2016 ocorreu mais uma retração que juntas somaram um dos piores resultados da história. Neste mesmo ano a presidente Dilma sofreu o impedimento, por muitos considerado como golpe.

Depois deste momento, Michel Temer tomou algumas medidas, para reverter a péssima situação em que a economia brasileira se encontrava. Num primeiro momento surtiu efeito, porém no ano seguinte o produto voltou a retrair.

Gráfico 6. Nível de desemprego na Argentina, Brasil e Venezuela entre 2000 e 2018

 **Fonte**: Elaboração própria do autor com base nos dados do Banco Mundial.

Antes da crise de 2001 o desemprego da Argentina já estava alto, porém foi intensificado, atingindo o auge (durante o período estudado) em 2002 com 19,59% da população desempregada. Contudo durante o período Kirchner a argentina logrou reduzir os níveis de desemprego de 15,36% para 7,1% em dez anos, muito se deve as ao caráter desenvolvimentista do período que promoveu uma série de ações sociais que contribuíram para a melhora deste indicador.

Com a inversão política proposta por Maurício Macri o desempregou voltou a crescer, ano após ano, registrando 9,38% de desemprego segundo o gráfico 6. O nível que não era tão elevado desde o ano de 2006.

Na Venezuela as taxas de desemprego no começo da década eram relativamente altos, acima de 10% como indicado no gráfico 6, atingindo seu auge no ano de 2002, quando Hugo Chávez sofreu uma tentativa de golpe através de sabotagem econômica. Após este período o país obteve um bom crescimento econômico, devido ás exportações que estavam em alta e os preços do petróleo também. Este cenário foi favorável a Chávez, o desemprego que vinha em queda desde 2004 aumentou sua popularidade, fundamental para reeleição.

Devido aos bons resultados das exportações de petróleo e às políticas sociais de aumento de salário e melhores condições de trabalho, Chávez viu o nível de desemprego cair significativamente, até alcançar o menor número em 2013, com apenas 6,6% da população desempregada.

Com relação ao Brasil, desde a eleição de Lula o nível de desemprego foi reduzindo sensivelmente, porém ano após ano por conta das políticas sociais tomadas no governo Lula e que Dilma deu continuidade também. O nível da população desempregada em 2003 era praticamente 10% e chegou a atingir 6,67% em 2014 segundo o gráfico 6, sendo a mais baixo da série analisada. Contudo em 2015 o nível cresceu um pouco e depois de 2016 em diante, com Temer quase que dobrou em relação a 2014.

Além disso no governo Temer foi aprovada a reforma trabalhista, que de maneira geral, piorou as condições de trabalho com a liberação da terceirização do trabalho, reduziu alguns direitos dos trabalhadores, permitindo que grávidas e gestantes trabalhem. A medida que os funcionários perderam os direitos, os empregadores reduziram seus deveres, suas obrigações e ainda tem a condição de reduzir seus custos.

Por fim, o último indicador analisado será a distribuição de renda po meio do Índice de Gini. O índice de Gini mede a distribuição de renda de um país. Quanto mais próximo de 100 mais concentrada é a distribuição de renda, o que torna uma país desigual. Quanto mais próximo de 0, maior igualdade em um país.

Gráfico 7. Índice de Gini (mensurado de 0 a 100)

**Fonte**: Elaboração própria do autor com base nos dados do Banco Mundial.

O Brasil é o país com o maior produto interno bruto. Por um lado, existem um número muito baixo de famílias que detêm enormes fortunas, por outro lado, existem muitas famílias com uma renda extremamente baixa. Assim fica evidente a concentração de renda nas camadas mais ricas da população. O índice de Gini brasileiro varia entre 50 e 60. Com redução ano após ano do índice durante a Era Lula.

Na Venezuela não existem muitos dados sobre o índice de Gini, apenas de 2001 a 2006. Houve muita oscilação durante esses anos de 46,9 até 52,4. Números bem baixos em relação ao Brasil. Hugo Chávez priorizava o desenvolvimento social, não apenas o crescimento econômico, dessa forma, a sociedade venezuelana construiu suas bases de maneira mais igualitária durante os anos 2000.

Em relação aos outros dois países, a argentina é a sociedade mais igualitária entre os vizinhos latinos.de 2000 para 2017 houve redução da desigualdade social praticamente ano após ano, somando um total de quase 10 pontos.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para a realização deste artigo foi feito um estudo sobre a conjuntura econômica e política da Argentina, do Brasil e da Venezuela para entender como estes grandes países da América Latina chegaram na situação em que se encontram hoje. Para isso foi feita uma coleta de dados de alguns indicadores socioeconômicos como: inflação anual acumulada, Produto Interno Bruto a preços atuais, Índice de Gini, o desemprego.

Ao decorrer dos anos, é possível perceber que a trajetória de ambos países é marcada por instabilidade política, contendo diversas trocas presidenciais na Argentina, um *impeachment* no Brasil (considerado por muitos como golpe), tentativa de golpe de Estado na Venezuela de Chávez e um país com “dois presidentes” que é a situação atual da Venezuela com Nicolás Maduro legítimo presidente, eleito pelo voto popular e Juan Guaidó, líder da oposição que se auto proclamou presidente.

Ao tratar da economia os três países passaram por períodos de crescimento e por períodos de retração e crise econômica. A Argentina teve que declarar a moratória no ano de 2001, pois não tinha capacidade de pagar a dívida externa. O Brasil enfrentou uma das maiores recessões de sua história nos anos de 2015 e 2016, perdendo avanços que demoraram anos para ser alcançados. E a Venezuela após a morte do líder Hugo Chávez vive um dos momentos mais difíceis da história. Após uma séria crise econômica provocada principalmente pela queda do preço do petróleo, o país embarcou em uma crise humanitária e lida com a escassez de alimentos, medicamentos e bens de necessidade básica, além disso a população de modo geral vive aterrorizada com a violência.

De maneira geral houve uma piora dos indicadores socioeconômicos nos três países. Na Argentina o desemprego aumentou, assim como a inflação nos últimos anos, o que provoca uma redução da qualidade de vida. No Brasil, apesar da inflação estar baixa, o desemprego nunca esteve tão alto. E com a aprovação da reforma trabalhista, as condições de trabalho tendem a piorar. Além disso, o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo, contendo um alto grau de concentração de renda e muitas pessoas com baixa renda. E a Venezuela se encontra em uma situação dramática. Muitos dos dados não são divulgados, o que torna a análise mais difícil, porém é notável que a população enfrenta um dos períodos mais difíceis da história recente.

**5. REFERÊNCIA**

BALTAR, Paulo .; “**Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil”** – TRABALHO, EMPREGO E RENDA, São Paulo, 2014.

BELLO, Teresinha. **“Algumas considerações sobre a crise argentina”**, Indic. Econ. FEE, vol. 30, n° 2, p. 251-198, Porto Alegre, 2002

BONA, Leandro; PAEZ, Sergio; OSLÉ, Marcos. **“Crisis del modelo neodesarrollista y restauración neoliberal em Argentina. Las condiciones para la reedición de la valorización financeira bajo la gestión de Macri”**, 2018

CARVALHO, Reginaldo. **“O petróleo e a crise econômica venezuelana: impactos socioeconômicos na zona de fronteira Brasil-Venezuela no período de 2008 à 2015”.** Tese (mestrado) Universidade Federal de Rondônia, Boa Vista, 2017

CATHCART, Gustavo. **“O petróleo e a crise venezuelana a partir de 2013”** Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CEPIK, Marco; SILVA, Natasha. **”A Política de Integração Regional da Argentina na Era Kirchner”** , Revista Conjuntura Austral, Vol.3, n°. 9-10, Dez 2011 – Mar 2012.

CONTRI, André. **“Uma avaliação da economia brasileira no governo Dilma\*”.** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 9-20, 2014.

DIEESE; FUNDAÇÃO Seade**. “Pesquisa de emprego e desemprego (PED): Conceitos, metodologia e operacionalização”** DIEESE. São Paulo, 2009.

FERRARI, Andrés; CUNHA, André. **“As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação”** economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n° 2 (33), p. 47-80, ago. 2008.

FIORI, Diogo; MAIA, Luan; ALMEIDA, Neuler; BARROS, Paulo; NEVES, Salomão. Liberdade econômica no Brasil: **“Uma análise do efeitos das políticas econômicas adotadas no primeiro governo Lula (2003 a 2006)”.** SINERGIA, Rio Grande, v. 23, n. 1, p. 19-34, jan./jun. 2019.

HANSEN, Marina “**La influencia de la política exterior en el perfil exportador: análisis de los gobiernos de Fernández de Kirchner (2007-2015) y Macri (2015-2017)”**, Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires Facultad de Ciencias Humanas, Argentina 2018

LÚCIO, Clemente; DUCA, Fernando, **“Crise econômica e mercado de trabalho no Brasil”**: INTERSINDICAL, 2017.

MANCEBO, Deise.; **“CRISE POLÍTICO-ECONOMICA NO BRASIL: BREVE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**\***”**, Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, 2017

NETO, Elias; CARDOSO, Hévila; PENA, Heriberto. **“Uma análise política do governo Temer sob a perspectiva neoliberal e a teoria crítica de Noam Chomsky”**, Revista Caribeña de Ciencias Sociales (julio 2019).

ONUKI, Janina. **“A nova Argentina e o futuro da integração”**, Pontes, p.22 – 24. Fevereiro 2008

PINTO, Lara; OBREGON, Marcelo **“A crise dos refugiados na Venezuela e a relação com o Brasil”**. Derecho y Cambio Social, Vitória, 2018.

PEREIRA, Luiz. **“O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e a direita liberal e dependente”**. Novos Estudos CEBRAP, 95, março 2013 pp. 5‑14, 2013.

SILVA, Daniel. **“Venezuela: O Governo Hugo Chávez e a utilização da renda petroleira”.**  Universidade Federal de Santa Catarina Centro Sócio Econômico, 2009

SILVA, Leonardo. **“A política macroeconômica brasileira no período 2003-2018: uma análise institucionalista”**. Florianópolis, v. 16, n. 01, p. 348-370, jan./jun., 2019. Universidade Federal de Santa Catarina.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **“As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos? ”**  São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, André. **“Instabilidade política e democrática na Venezuela – de Carlos Andrés Pérez a Hugo Chávez. ”**. Boletim do Tempo Presente, nº 07, de 12 de 2013, p. 1 - 21, |.

TARVER, H; RIVAS, Alfredo; FREDERICK, Julia **“The Histoy of Venezuela”**. The Greenwood Histories of the Modern Nations Frank W. Thackeray and John E. Findling, Series Editors, Santa Barbara, Califórnia. 2018

TEIXEIRA, Rodrigo; PINTO, Eduardo. **“A Economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimentismo econômico.”** Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

VADELL, Alberto. **“A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner”**, Revisa Brasileira de Política de Relações Internacionais, vol. 49, n° 1, janeiro-junho, 2006, p. 194-214, Brasília, Brasil

VILLA, Rafael **“Venezuela: mudanças políticas na era Chávez.”**. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (55), p. 153-172, 2005

WAINER, Andrés. **“Economía y política em la Argentina Kirchnerista (2003-2015)”**, Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Sociales. Revista Mexicana de Sociología 80, n°. 2 (abril-junio, 2018): 323-351. Ciudad de México, 2018

WYLDE, Christopher. **“¿Continuidad o cambio? Política económica argentina posterior a la crisis y el gobierno de Néstor Kirchner, 2003-2007”**, Íconos. Revista de Ciencias Sociales, n° 43, p.109-133, 2009

ZAIDAN, Michel.; **“A Conjuntura política, hoje, no Brasil, Pernambuco”**, 2015.

ZERO, Marcelo. **“Para entender a Venezuela”** Disponível em: <https://waltersorrentino.com.br/2017/08/15/para-entender-a-venezuela-por-marcelo-zero/>

1. Consenso de Washington é um conjunto de grandes medidas econômicas formulada em 1989 por economistas e instituições financeiras com o FMI, Banco Mundial entre outros. E veio a se tornar a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990. [↑](#footnote-ref-1)
2. *Corrallito* restrição de saques e depósitos bancários [↑](#footnote-ref-2)
3. Tripé macroeconômico – consiste em três políticas econômicas para obter crescimento, são elas: câmbio flutuante, regime de metas de inflação e superávit primário. [↑](#footnote-ref-3)
4. Revolução Bolivariana é um termo que foi criado por Hugo Chávez referente às políticas econômicas e sociais adotadas por ele. A revolução foi baseada nos ideais de Simón Bolívar que buscavam a liberdade. [↑](#footnote-ref-4)
5. *Bolívar* é a moeda venezuelana. [↑](#footnote-ref-5)